

REQUERIMENTO Nº , DE 2021
(Do Sr. MARCELO FREIXO)

Requeiro, nos termos do art. 35 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar as compras de alimentos pelo Governo Bolsonaro, que apresentam indícios de irregularidades, como aumento de 20% do valor contratado em meio à pandemia, a aquisição de milhões em itens com leite condensado e vinho, além de compra por preço acima do valor de mercado e contratos suspeitos.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos artigos 35 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, constituída de 25 (vinte e cinco) Deputados Federais e igual número de suplentes, obedecendo-se o princípio da proporcionalidade partidária, com a finalidade de, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, com a finalidade de investigar as compras de alimentos pelo Governo Bolsonaro, que apresentam indícios de irregularidades, como aumento de 20% do valor contratado em meio à pandemia, a aquisição de milhões em itens com leite condensado e vinho, além de compra por preço acima do valor de mercado e contratos suspeitos.

As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata este Requerimento correrão à conta dos recursos orçamentários da Câmara dos Deputados.

Os recursos administrativos e o assessoramento necessários ao funcionamento da Comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pela Consultoria Legislativa, respectivamente.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 24 de janeiro, o jornal Metrôpolis, com base em informações oficiais do portal de compras do Ministério da Economia, noticiou¹ gastos de mais de

¹ <https://www.metropoles.com/brasil/mais-de-r-18-bilhao-em-compras-carrinho-do-governo-federal->



R\$1,8 bilhão em compras do Governo Federal de itens alimentícios como leite condensado, vinho, gomas de mascar, geléia de mocotó, sagu e chantilly, bem como aumento de 20% para 2020, ano de pandemia, quando comparado ao ano anterior.

Com base no Painel de Compras, plataforma divulgada pelo Ministério da Economia que informa os itens contratados por cada órgão do governo, só o valor com leite condensado, isoladamente, ultrapassa 15 milhões. Além disso, chama atenção a compra de valor elevado em vinhos, basicamente pelo Ministério da Defesa. Segundo a reportagem, *“a maior parte das compras e o montante mais alto é ligado ao Ministério da Defesa. Foram mais de R\$ 632 milhões com alimentação. A compra de vinhos, por exemplo, que somou R\$ 2.512.073, 59, foi quase toda bancada por eles”*.

Após a divulgação da matéria diversos jornalistas aprofundaram investigações a respeito. Um dos achados² diz respeito a uma das empresas fornecedoras, que teria em seu quadro societário uma pessoa que teria sido oficial das Forças Armadas.

Por todo o exposto, e especialmente em um ano em que o governo se omitiu quanto a diversos gastos necessários ao enfrentamento da pandemia de Covid, é preciso investigar essas compras e essas prioridades do governo, e se houve gasto desnecessário ou mesmo corrupção. É preciso entender para onde foi cada um desses itens, o porquê da compra acima do preço de mercado, se as licitações foram idôneas, quais são as empresas beneficiadas, etc.

Tudo o que se descreve demonstra a existência de fato determinado que impõe a esta Casa de Leis a indeclinável obrigação de investigá-lo, pois podem configurar, em tese, crimes contra a Administração Pública.

Com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que ora se pretende, o Poder Legislativo, por meio de uma investigação independente e qualificada, poderá fiscalizar os fatos narrados.

Sala das Sessões, em 27 de Janeiro de 2021.





MARCELO FREIXO
Deputado Federal – PSOL/RJ

